



ESTADO DE SERGIPE
MUNICÍPIO DE DIVINA PASTORA

LEI N.º194
DE 29 DE MAIO DE 2019

PUBLICADO

29 / 05 / 2019

Williene Silva Santos

Revoga os artigos 17, 18, 19, 20, 21, 22, 23 e 24 da Lei Municipal n. 85/2011, cria o Conselho Municipal de Defesa do Meio Ambiente - CONDEMA e dá outras providências.

O PREFEITO MUNICIPAL DE DIVINA PASTORA, Estado de Sergipe,

Faço saber que a Câmara Municipal aprovou e eu sanciono a seguinte Lei:

CAPÍTULO I
DA CONSTITUIÇÃO

Art. 1º. Fica criado o Conselho Municipal do Meio Ambiente (CMMA), órgão consultivo e deliberativo em questões referentes à preservação, à conservação, à defesa, à recuperação e à melhoria do meio ambiente natural, construído e do trabalho em todo o território do Município de Divina Pastora.

§1º. O COMDEMA terá câmaras técnicas destinadas a elaborar programas e projetos e a apreciar os programas e projetos apresentados e as propostas de resoluções, recomendações e moções estabelecidas pelo Regimento Interno.

§2º. O COMDEMA integrará a estrutura do Sistema Municipal do Meio Ambiente e terá autonomia, podendo o Poder Executivo destinar um



ESTADO DE SERGIPE
MUNICÍPIO DE DIVINA PASTORA

local para a sede, equipe técnica e mobiliário próprio para sua efetiva implantação e funcionamento.

CAPÍTULO II DAS ATRIBUIÇÕES

Art. 2º. Ao COMDEMA compete:

I. Colaborar na formulação da política municipal de proteção ao meio ambiente à luz do conceito de desenvolvimento sustentável e da função social da cidade por meio de recomendações e proposições de planos, programas e projetos;

II. Colaborar na elaboração de planos, programas e projetos intersetoriais, regionais, locais e específicos, de desenvolvimento do Município;

III. Propor normas legais, procedimentos e ações visando à defesa, à conservação, à recuperação e à melhoria da qualidade ambiental do município, observada as legislações federal, estadual e municipal pertinentes;

IV. Exercer a ação fiscalizadora de observância às normas contidas na Lei Orgânica Municipal e na legislação a que se refere o item anterior;

a) Orientar o Poder Executivo Municipal sobre o exercício do poder de polícia administrativa no que concerne à fiscalização e aos casos de infração à legislação ambiental;

b) Opinar nos estudos sobre o uso, a ocupação e o parcelamento do solo urbano, posturas municipais, visando à adequação das exigências do meio ambiente ao desenvolvimento do município;

c) Opinar, quando solicitado, sobre a emissão de alvarás de localização e funcionamento no âmbito municipal das atividades potencialmente poluidoras e degradadoras;



ESTADO DE SERGIPE
MUNICÍPIO DE DIVINA PASTORA

- d) Opinar sobre a concessão de licenças ambientais de sua competência e a aplicação de penalidades e normas legais federais, estaduais e municipais;
- e) Determinar a avaliação de impacto ambiental, em obras ou atividades, públicas ou privadas quando julgam necessário no âmbito do Município de Divina Pastora;
- f) Exigir, nos termos da Lei, quando for o caso, estudo prévio de impacto para as atividades efetiva ou potencialmente causadoras de danos significativa degradação ambiental;
- g) Deliberar sobre a realização de Audiências Públicas, quando for o caso, visando à participação da comunidade nos processos de instalação de atividades potencialmente poluidoras.

V. Propor diretrizes para a conservação e recuperação dos recursos ambientais do Município de Divina Pastora;

- a) Propor normas, padrões e procedimentos visando à proteção ambiental e ao desenvolvimento do Município de Divina Pastora;
- b) Opinar sobre os projetos de lei e decretos referentes à proteção ambiental no Município de Divina Pastora;
- c) Propor projetos de lei e decretos referentes à proteção ambiental no Município de Divina Pastora, especialmente no tocante ao zoneamento ecológico e planejamento ambiental;
- d) Propor ao Executivo Municipal a instituição de unidades de conservação visando à proteção de sítios de beleza excepcional, mananciais, patrimônio histórico, artístico, arqueológico, paleontológico e espeleológico e áreas representativas de ecossistemas destinados à realização de pesquisas básicas e aplicadas em ecologia;



ESTADO DE SERGIPE
MUNICÍPIO DE DIVINA PASTORA

VI. Propor e colaborar na execução de atividades com vistas à educação ambiental;

VII. Acompanhar o controle permanente das atividades ameaçadoras e efetivamente degradadoras e poluidoras de modo a compatibilizá-las com as normas e padrões ambientais vigentes, denunciando qualquer alteração que promova impacto ambiental ou desequilíbrio ecológico;

- a) Identificar e informar à comunidade e aos órgãos públicos competentes da esfera federal, estadual ou municipal, sobre a existência de áreas degradadas ou ameaçadas de degradação;
- b) Promover campanhas de conscientização pública para o desenvolvimento ambiental com ênfase nos problemas do município;
- c) Receber denúncias feitas pela população, diligenciando sua apuração junto aos órgãos federais, estaduais e municipais responsáveis e sugerindo ao Prefeito Municipal as providências cabíveis;
- d) Acionar os órgãos competentes para localizar, reconhecer, mapear e cadastrar os recursos naturais existentes no Município, para o controle das ações capazes de afetar ou destruir o meio ambiente;

VIII. Manter intercâmbio com entidades, oficiais e privadas, de pesquisa e demais atividades voltadas à defesa do Meio Ambiente, propondo, inclusive, a celebração de convênios, contratos, acordos e termos de cooperação com entidades públicas e privadas de pesquisas e de atividades ligadas ao desenvolvimento ambiental;



ESTADO DE SERGIPE
MUNICÍPIO DE DIVINA PASTORA

- a) Obter e repassar informações e subsídios técnicos relativos ao desenvolvimento ambiental aos órgãos públicos, entidades públicas e privadas e à comunidade em geral;
- b) Responder à consulta sobre matéria de sua competência;
- c) Solicitar aos órgãos competentes o suporte técnico complementar às ações executivas do município na área ambiental;

XIX. Decidir sobre a aplicação dos recursos provenientes do Fundo Municipal de Meio Ambiente (FMMA);

X. Elaborar seu Regimento Interno.

CAPÍTULO III
DA COMPOSIÇÃO

Art. 3º. O COMDEMA é composto, de forma paritária, por representantes do poder público e da sociedade civil organizada, a saber:

I. Representantes dos Poderes Públicos:

- a) 01 (um) representante da Secretaria Municipal de Agricultura e Meio Ambiente;
- b) 01 (um) representante da Secretaria Municipal de Educação;
- c) 01 (um) representante da Secretaria Municipal de Saúde;
- d) 01 (um) representante da Secretaria Municipal de Obras;
- e) 01(um)representante do poder Legislativo Municipal

II. Representantes da Sociedade Civil:

- a) 01 (um) representante do Sindicato dos trabalhadores Rurais do Município de Divina Pastora- STR;
- b) 01 (um) representante da Cooperativa dos Catadores de Materiais Recicláveis de Divina Pastora –COOPERDIVINA;



ESTADO DE SERGIPE
MUNICÍPIO DE DIVINA PASTORA

- c) 01 (um) representante da ONG Sociedade Ambiental do Uruçuca;
- d) 01 (um) representante do Consórcio Público de Resíduos Sólidos do Agreste Central Sergipano- CPAC;
- e) 01(um) representante da Associação dos Produtores Rurais.

Parágrafo único: As funções de membro do Conselho serão exercidas pelo prazo de até 2 (dois) anos, sendo permitida recondução por igual período.

Art. 4º. O COMDEMA será composto de 06 conselheiros titulares, os quais serão escolhidos na forma descrita no art. 5º desta Lei.

Art. 5º. Os membros, representantes do Poder Público serão indicados pelos respectivos representados e designados por ato administrativo ao qual se tenha dado prévia e ampla publicidade.

§1º. No caso de órgãos e entidades públicas municipais, as designações dos conselheiros serão feitas por ato do Prefeito mediante indicação dos órgãos e entidades representadas.

§2º. No caso de órgãos e entidades públicas dos demais Poderes, as designações dos conselheiros serão feitas por ato do respectivo Chefe do Poder ao qual pertence o órgão ou ao qual está ligada ou vinculada a entidade pública representada.

Art. 6º. Os membros representantes da Sociedade Civil, titulares e suplentes deverão guardar vínculo formal com os segmentos que representam, constituindo esta condição num pré-requisito à participação da composição do COMDEMA.

Art. 7º. Os membros do COMDEMA serão cidadãos de reconhecida idoneidade, conhecimento e interesse na gestão ambiental, sejam os representantes do Poder Público sejam os da Sociedade Civil, uma vez que a



ESTADO DE SERGIPE
MUNICÍPIO DE DIVINA PASTORA

função pública exercida no COMDEMA é considerada de relevante valor público, social e jurídico.

§1º. A participação dos membros do COMDEMA em seu funcionamento não pressupõe qualquer tipo de remuneração ou ressarcimento de despesas aos segmentos representados, ressalvada a cobertura de despesas com passagens e diárias necessárias à participação dos mesmos em eventos de que o COMDEMA participe.

§2º. Assiste a cada um dos membros do COMDEMA o direito de reconhecimento por ato do Presidente do COMDEMA à função pública exercida no período do respectivo mandato.

CAPÍTULO IV DO FUNCIONAMENTO

Art. 8º. A Presidência e a Vice-Presidência do COMDEMA serão exercidas por seus membros, escolhidos entre si de acordo com procedimento previsto no Regimento Interno.

Parágrafo único. A Presidência do COMDEMA será exercida, nas ausências ou impedimentos do Presidente, pelo Vice-Presidente.

Art. 9º. O Conselho reunir-se-á, ordinariamente, na forma estabelecida em seu regimento interno e, em caráter extraordinário, sempre que convocado pelo Prefeito ou pelo seu Presidente, por iniciativa própria ou a requerimento de, pelo menos, 50% (cinquenta por cento) de seus membros.

§1º. As sessões do COMDEMA serão públicas e os atos aí definidos deverão ser amplamente divulgados.

§2º. As reuniões do Conselho serão realizadas com a presença de membros efetivos, com a presença de, pelo menos, metade de seus membros



ESTADO DE SERGIPE
MUNICÍPIO DE DIVINA PASTORA

e as deliberações serão por maioria simples, cabendo ao Presidente o voto de qualidade.

§3º. A critério do Presidente do Conselho, poderão participar convidados, esclarecendo-se antecipadamente se lhes será concedido o direito a voz.

Art. 10. O COMDEMA deverá instituir, na conformidade de seu regimento interno, câmaras técnicas especializadas em diversas áreas de interesse e, ainda, recorrer a técnicos e entidades de notória especialização em assuntos ambientais.

Art. 11. No prazo máximo de 120 (cento e vinte) dias após a sua instalação, o COMDEMA elaborará o seu Regimento Interno.

Art. 12. A equipe incumbida de levar a efeito a execução dos trabalhos e serviços de competência do COMDEMA terá a seguinte estruturada administrativa:

- I. Secretaria Executiva;
- II. Câmaras Técnicas;
- III. Assessoria Técnica
- IV. Assistente Administrativo
- V. Auxiliar Administrativo

CAPÍTULO IV
DO FUNCIONAMENTO

Art. 13. A estrutura organizacional do COMDEMA será composta dos seguintes órgãos, que terão competências de deliberar e administrar:

- I. Assembleia Geral;
- II. Diretoria Executiva;
- III. Conselho Fiscal.



ESTADO DE SERGIPE
MUNICÍPIO DE DIVINA PASTORA

SEÇÃO I DA ASSEMBLEIA GERAL

Art. 14. A Assembleia Geral é o órgão supremo de deliberação do CMMA e se constituirá de membros representantes do Poder Público e de membros representantes da Sociedade Civil.

Art. 15. As decisões do COMDEMA serão tomadas por maioria simples em reuniões de Assembleia Geral, das quais participem, pelo menos, 2/3 (dois terços) dos membros e serão expressas através de RESOLUÇÕES, as quais serão comunicadas formalmente à Secretaria Municipal de Agricultura e Meio Ambiente e ao Chefe do Poder Executivo Municipal.

§1º. As reuniões de Assembleia Geral se realizarão sempre nas datas estabelecidas em agenda aprovada na primeira reunião de cada mandato, as quais serão presididas pelo Presidente do COMDEMA.

§2º. As reuniões de Assembleia Geral poderão ser Ordinárias e Extraordinárias, e se darão:

- I. Ordinariamente, conforme estipulado no Regimento Interno;
- II. Extraordinariamente, quando convocado pelo Presidente ou, por requerimento da maioria simples dos Conselheiros.

§3º. O direito de manifestação poderá ser estendido aos assistentes participes das reuniões, quando permitido pelo presidente da mesa dos trabalhos apenas para esclarecimentos e ou sugestões sobre a matéria em discussão, desde que sejam respeitados todos os princípios formais de cidadania e urbanidade.

§4º. Quando não houver número suficiente de Conselheiros, ou seja, metade mais um para a realização das reuniões em primeira convocação, se aguardará a composição do número legal, pelo prazo de 30 (trinta) minutos, para o início dos trabalhos em segunda convocação.



ESTADO DE SERGIPE
MUNICÍPIO DE DIVINA PASTORA

§5º. Esgotados o prazo estabelecido no §4º deste artigo, sem a composição do quórum legal para a realização da reunião, o Presidente convocará nova reunião para se realizar no prazo mínimo de 48 (quarenta e oito) horas e, nesta hipótese, a reunião se realizará com qualquer número a partir de 1/3 (um terço) dos Conselheiros.

SEÇÃO II
DA DIRETORIA EXECUTIVA

Art. 16. A Diretoria Executiva é órgão da execução administrativa do COMDEMA e se constituirá de:

- I. 01 (hum) Presidente;
- II. 01 (hum) Vice Presidente;
- III. 01 (hum) Secretário Executivo;
- IV. Demais servidores efetivos lotados.

§1º Os membros da Diretoria Executiva serão eleitos dentre os membros titulares, a cada 02 (dois) anos, na 1ª (primeira) Assembleia Geral, podendo os mesmos serem reconduzidos nas mesmas funções, individual ou coletivamente, por igual período de mandato.

§2º Em caso de vacância da Presidência antes de completado 3/4 (três quartos) do período do mandato normal, o Vice-Presidente assumirá o cargo até que se proceda a nova eleição de Presidente. Se acaso a vacância se der depois do referido período, o Vice-Presidente assumirá o cargo até o seu término.

SUBSEÇÃO III
DAS ATRIBUIÇÕES DO PRESIDENTE



ESTADO DE SERGIPE
MUNICÍPIO DE DIVINA PASTORA

Art. 17. Ao Presidente do COMDEMA, entre outras atribuições inerentes ao cargo, compete:

I. Cumprir e fazer cumprir o disposto nesta Lei, no seu Regulamento, na legislação pertinente e demais normas legalmente aprovadas por Assembleia Geral;

II. Convocar reuniões de Assembleia Geral Ordinária ou Extraordinária, estabelecendo data, local, horário e pauta a ser tratada, bem como acatar pedidos de convocação formulados pela maioria simples dos demais Conselheiros;

III. Abrir, dirigir, prorrogar e encerrar as reuniões de Assembleia Geral;

IV. Orientar as seções plenárias, colocar matérias em discussão e votação, consignar votos dos Conselheiros e, quando necessário, emitir voto de qualidade e, ainda, proclamar resultados;

V. Conceder a palavra aos participantes das assembleias, não permitindo divagações ou debates estranhos ao assunto objeto das discussões;

VI. Assinar, juntamente com os demais Conselheiros, as Atas e Resoluções;

VII. Representar o CMMA ativa e passivamente, em juízo e fora dele;

VIII. Assinar, em nome do CMMA, convênios, protocolos de intenções, correspondências etc., e, no caso de contratos, devidamente autorizado pela Assembleia Geral;

IX. Decidir sobre questões de ordem, quando omissas no seu Regulamento e submetê-las à consideração da Assembleia Geral;

X. Elaborar instruções normativas necessárias à boa ordem dos trabalhos do COMDEMA;



ESTADO DE SERGIPE
MUNICÍPIO DE DIVINA PASTORA

XI. Elaborar projetos de normas complementares quando necessárias ao desenvolvimento da Gestão Ambiental e sua manutenção, submetendo-os à Assembleia Geral;

XII. Superintender, de modo geral, todos os serviços necessários à consecução dos objetivos gerais deste COMDEMA.

Parágrafo único. Ao Secretário Executivo, dentre outras atribuições inerentes ao cargo, compete:

- I. Substituir o Presidente em suas faltas e impedimentos;
- II. Prestar, de modo geral, sua integral colaboração ao Presidente.

SUBSEÇÃO IV
DA COMPETÊNCIA DO CONSELHO FISCAL

Art. 18. Ao Conselho Fiscal compete:

I. Prestar assessoramento técnico financeiro e orçamentário ao COMDEMA;

II. Estabelecer a política e as diretrizes de investimentos dos recursos ligados à proteção, à conservação e à melhoria do meio ambiente, observadas as legislações federal e estadual, a serem submetidas à Assembleia Geral;

III. Participar, acompanhar e avaliar sistematicamente a gestão econômica e financeira dos recursos do COMDEMA;

IV. Acompanhar e apreciar, por meio de relatórios gerenciais, a execução dos planos, programas e orçamentos aprovados pela Assembleia Geral;

V. Apreciar e aprovar a prestação de contas anual, podendo, se for necessário, contratar auditoria externa;

VI. Elaborar relatório sobre pedido formulado pela Diretoria Executiva de aquisição, de alienação, de hipoteca ou de qualquer outro



ESTADO DE SERGIPE
MUNICÍPIO DE DIVINA PASTORA

gravame com ônus reais de bens imóveis, bem como de prestação de quaisquer outras garantias, a ser enviado à aprovação da Assembleia Geral.

Art. 19. O Conselho Fiscal é composto por 02 (dois) membros titulares, sendo paritária a representação do Poder Público e da Sociedade Civil.

§1º. O mandato dos membros do Conselho Fiscal corresponderá ao período de 02 (dois) anos, sendo permitida recondução.

§2º. O Presidente do Conselho Fiscal será escolhido dentre os indicados por cada segmento da sociedade que possui representação no COMDEMA, por intermédio de reunião exclusiva da Assembleia Geral, devendo ser lavrada a respectiva Ata e encaminhada cópia ao Chefe do Poder Executivo, para cumprirem mandatos que terão a duração de 01 (hum) ano, permitida recondução.

CAPÍTULO V

DO CONTROLE E DA FISCALIZAÇÃO DAS FONTES POLUIDORAS E DEGRADADORAS DO MEIO AMBIENTE

Art. 20. A instalação, construção, ampliação ou funcionamento de fonte de poluição cujos impactos ambientais não ultrapassem os limites do município ficam sujeitos ao licenciamento ambiental perante a Secretaria Municipal de Agricultura e Meio Ambiente a ser acompanhado pelo COMDEMA com acurado exame dos estudos ambientais cabíveis.

Parágrafo único. O COMDEMA só permitirá a instalação, a construção, a ampliação ou o funcionamento de fonte de poluição após o licenciamento a que se refere o caput deste artigo, sob pena de promover os atos necessários à responsabilização administrativa dos responsáveis e à nulidade dos atos.



ESTADO DE SERGIPE
MUNICÍPIO DE DIVINA PASTORA

Art. 21. A fiscalização do cumprimento das normas de proteção ambiental será exercida pela Secretaria Municipal de Agricultura e Meio Ambiente.

Art. 22. Para garantir o cumprimento das competências do COMDEMA, fica assegurado aos conselheiros e servidores a entrada em estabelecimento público, mediante prévia autorização, ou privado durante o período de atividade e a permanência neles pelo tempo necessário, bem como a requisição de documentos e informações necessárias, sejam estas dispostas em meio físico ou digital.

Art. 23. Fica o COMDEMA autorizado a recomendar medidas de emergência ao Chefe do Poder Executivo, devendo ser comunicados todos os órgãos e entidades de interesse de outros Poderes, a fim de evitar episódios críticos de poluição ambiental ou impedir sua continuidade, em caso de grave e iminente risco para vidas humanas ou recursos econômicos.

CAPITULO VI
DAS DISPOSIÇÕES FINAIS E TRANSITÓRIAS

Art. 24. A instalação do COMDEMA e a composição dos seus membros ocorrerão no prazo máximo de 120 (cento e vinte) dias, contados a partir da data de publicação desta lei.

Art. 25. Os suportes financeiros, técnicos e administrativos indispensáveis à instalação e ao funcionamento iniciais do COMDEMA serão prestados diretamente pelo Município de Divina Pastora, por meio da Secretaria Municipal de Agricultura e Meio Ambiente.

Art. 26. Fica o Poder Executivo Municipal autorizado a abrir crédito especial no valor de R\$ 2.000,00, a ser destinados ao COMDEMA.

Art. 27. Ficam revogados os artigos 17, 18, 19, 20, 21, 22, 23 e 24 da Lei Municipal n. 85/2011.



ESTADO DE SERGIPE
MUNICÍPIO DE DIVINA PASTORA

Art. 28. Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Divina Pastora, 29 de maio de 2019.

SYLVIO MAURÍCIO MENDONÇA CARDOSO
Prefeito Municipal